



O que podemos esperar do futuro?

Esta recorrente pergunta sempre nos acompanhou; mas parece que os recentes eventos relacionados à pandemia sanitária e seus desdobramentos no campo econômico, político e social redefiniram os anseios e expectativas da sociedade. Entre incertezas e grandes desafios de ressignificação de tarefas e funções, de significativo aumento na utilização de aplicações tecnológicas, num contexto de crescente polarização e complexidade de distintas visões de mundo, é preciso refletir sobre o que os próximos anos nos reservam.

O aniversário de 10 anos da Revista Fórum de Direito Civil, que sempre manteve em suas diretrizes editoriais a preocupação com a atualização e evolução do conhecimento jurídico e o debate sobre as consequências e os desafios de novos institutos, serve como ponto de partida para esta iniciativa de congregar nesta obra autores consagrados, doutrinadores nacionalmente reconhecidos e destacados profissionais, convidando-nos a imaginar como será o futuro das relações jurídicas entre particulares e indagar se dispomos de instrumentos em nosso ordenamento jurídico para lidar com as novas questões da contemporaneidade.

Marcos Ehrhardt Júnior
Coordenador

DIREITO CIVIL **Futuros Possíveis**

Prefácio
Eroulths Cortiano Jr.

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins
DIREITO E TECNOLOGIA.

Público-alvo/consumidores
ADVOGADOS E DEMAIS OPERADORES
JURÍDICOS QUE BUSCAM ATUALIZAÇÃO
PROFISSIONAL, BEM COMO ESTUDANTES DE
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003118

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D598 Direito Civil: Futuros Possíveis / coordenado por Marcos Ehrhardt Júnior. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.
266 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5518-281-1

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito e Tecnologia. I. Título.

2021-3588

CDD: 347
CDU: 347

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos (Coord.). *Direito Civil: Futuros Possíveis*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 266 p. ISBN 978-65-5518-281-1.

Marcos Ehrhardt Júnior é Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário CESMAC. Editor da Revista Fórum de Direito Civil (RFDC). Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e vice-presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCont. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

PREFÁCIO	
Eroulths Cortiano Junior	11
Um livro sobre o presente e o futuro	11
APRESENTAÇÃO..... 17	
DA ESTRUTURA À FUNÇÃO: ITINERÁRIO DO DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL	
Gustavo Tepedino	19
Referências	29
A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO CIVIL DA COEXISTÊNCIA; IDEIAS REUNIDAS A PARTIR DE UM REFLEXO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL EM DIREITO DE FAMÍLIA	
Luiz Edson Fachin, Christine Peter da Silva	31
1 Prolegômenos	31
2 Três décadas de desafios do Direito Civil brasileiro contemporâneo.....	33
3 Humanismo e eudemonismo como axiomas da ética constitucional contemporânea	34
4 Família como instituição do Direito Civil-Constitucional na jurisdição constitucional brasileira.....	40
5 Olhar de remate	45
Referências	47
PROSPECÇÕES PARA O FUTURO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS. UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	
Rodrigo da Cunha Pereira	49
1 Prelúdio	49
2 O manancial da Psicanálise e o Direito das Famílias	51
3 Famílias conjugais e famílias parentais	53
4 A objetividade e subjetividade dos atos e fatos jurídicos	54
5 O Direito das Famílias e o necessário olhar interdisciplinar: Psicanálise, arte e mediação	56
6 Prospectivas	59
Referências	60
REVOGAÇÃO DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL: RETROCESSOS POSSÍVEIS	
Luciana Brasileiro, Gustavo Henrique Baptista Andrade	61
Referências	66
O DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO E O SEU NAVEGAR (IM)PRECISO	
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, João Ricardo Brandão Aguirre	69
1 A travessia rumo à funcionalização do Direito das Sucessões ...	69
2 Os mares tormentosos da pandemia da covid-19 e seus reflexos no Direito Sucessório.....	75
3 Em busca do remanso	77
Considerações finais.....	85
Referências	85
FUTUROS POSSÍVEIS PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	
Ana Carolina Brochado Teixeira, Simone Tassinari Fleschmann	87
1 Introdução.....	87
2 Diagnóstico do estado da arte do planejamento sucessório: avanços no Direito brasileiro	88

2.1	Superação da dificuldade cultural de tratar a morte como óbice à efetivação do planejamento.....	88
2.2	Mudanças no Direito de Família	90
2.3	Limites impostos pela solidariedade familiar: é hora de repensá-los?	92
3	Tendências	94
3.1	Mobilização dos bens	94
3.1.1	Herança digital.....	95
3.1.2	Pejotização das famílias e tendência de migração patrimonial para o exterior	98
3.2	Expansão da autonomia privada no Direito Sucessório?	100
3.2.1	Reflexões sobre a legítima	101
4	Conclusão.....	105
	Referências	107

FRAGMENTOS DE FUTUROS POSSÍVEIS, NÃO NECESSARIAMENTE PROVÁVEIS, DO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO

Marcos Catalan	109
Referências	121

A DUPLA FACE DOS DIREITOS E DOS DEVERES: UMA REVISÃO CONCEITUAL

Marcos Bernardes de Mello	125
I Introdução.....	125
I.1 O conteúdo eficaz básico da relação jurídica, segundo a doutrina tradicional.....	125
I.2 Necessidade de uma revisão dessa concepção.....	127
II Análise do conteúdo da face ativa dos direitos.....	128
II.1 Considerações preliminares	128
II.2 A face ativa dos direitos. O conteúdo do direito primário: as permissões (faculdades e poderes), precisões conceituais	130
II.3 Aplicação desses conceitos para comprovar sua correção	132
III Análise do conteúdo da face passiva dos direitos: os deveres ínsitos nos direitos.....	136
IV Conclusões	139
Referências	140

DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA E DESAFIOS AO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO

Lucas Abreu Barroso, Pablo Malheiros da Cunha Frota, Daniella Gonçalves Stefanelli	141
1 O Código Civil de 2002 e os princípios sociais dos contratos: a função social	141
2 A inovação e a inquietação provocada pelo princípio da função social do contrato.....	145
3 Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e desafios ao princípio da função social do contrato	149
Referências	152

REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS EM PERSPECTIVA

Paulo Lôbo	155
1 Quando a revisão judicial dos contratos se impõe	155
2 Revisar para resolver o contrato.....	158
3 Violação positiva ou antecipada do contrato.....	160
4 Violação das “cláusulas éticas” do contrato	161
5 Revisão por onerosidade excessiva superveniente.....	162
6 Teoria da Base Objetiva do Negócio	164
7 Revisão por frustração da base do negócio.....	167
8 Equidade como fundamento para revisão do contrato excessivamente onerado	169

9	Vantagem superveniente pela mudança de circunstâncias.....	170
10	Dever de renegociação com dispensa da revisão.....	170
	Referências	172

QUATRO CONCEITOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA A 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

	Nelson Rosenthal	175
1	Introdução.....	175
2	<i>Liability</i> : arenovação pela multifuncionalidade da responsabilidade civil	181
3	<i>Responsibility</i> : o sentido moral da responsabilidade.....	185
4	<i>Accountability</i> : vetor da atuação dos agentes de tratamento de dados pessoais.....	189
5	Uma proposta conciliatória entre <i>liability</i> e <i>accountability</i>	191
6	A função promocional como ponto de chegada	194
7	<i>Answerability</i> (ou <i>explainability</i>).....	197
8	Conclusão.....	202
	Referências	203

COMO UM CÓDIGO CIVIL ANALÓGICO PODE SOBREVIVER NA ERA DIGITAL

	Everilda Brandão Guilhermino	207
1	Um código feito para o mundo analógico.....	207
2	Novos bens e o cumprimento da função social.....	208
3	Adaptação de linguagem e de institutos clássicos: a nova missão do intérprete do Código Civil na era digital	211
4	Multipropriedade e abertura do Código Civil para novos conceitos.....	216
	Referências	217

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, VIGILÂNCIA E IMAGEM: NOTAS SOBRE DISCRIMINAÇÃO FISIONÔMICA

	Vitor Almeida, Ian Borba Rapozo	219
	Introdução.....	219
1	Um novo olhar sobre o cotidiano a partir da sociedade de vigilância	223
2	Tratamento de dados e reconhecimento facial	225
3	Direito à imagem em uma perspectiva dúplice	229
	Conclusão.....	235
	Referências	236

RACISMO ESTRUTURAL E REPARAÇÃO CIVIL: NOVOS RUMOS PARA VELHAS QUESTÕES

	Rodolfo Pamplona Filho, Laísila Carla de Carvalho Silva	237
1	Introdução.....	237
2	Racismo estrutural no Brasil	238
3	A ampliação do debate acerca do racismo estrutural	240
4	Racismo estrutural e reparação civil.....	244
5	Conclusão.....	248
	Referências	249

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRESENTE E OS FUTUROS POSSÍVEIS PARA O DIREITO CIVIL BRASILEIRO

	Marcos Ehrhardt Junior	251
--	-------------------------------------	-----

	SOBRE OS AUTORES.....	263
--	-----------------------	-----

Ana Carolina Brochado Teixeira

Doutora em Direito Civil pela UERJ. Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Professora do Centro Universitário UNA. Coordenadora editorial da Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil. Advogada.

Christine Peter da Silva

Doutora e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Professora associada do mestrado e doutorado em Direito das Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Pesquisadora do Centro Brasileiro de Estudos Constitucionais ICPD/UniCeub e assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Daniella Gonçalves Stefanelli

Mestranda em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Advogada. E-mail: daniellagstefanelli@gmail.com.

Everilda Brandão Guilhermino

Advogada. Mestre e doutora em Direito Civil (UFPE). Professora de graduação e pós-graduação em Direito Civil e Ambiental. Autora de dois livros em Direito de Propriedade. Membro do grupo de pesquisa CONREP e dos institutos IBDCont, IBDCivil e IBERC.

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka

Professora titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Coordenadora titular do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Diretora Nacional do IBDCivil para a região Sudeste. Fundadora e diretora nacional do IBDFAM, para a região Sudeste. Ex-procuradora federal.

Gustavo Henrique Baptista Andrade

Pós-doutorado em Direito Civil pela UERJ. Mestre e doutor em Direito Civil pela UFPE. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP – UFPE). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Historicidade e Relatividade do Direito Civil (UERJ). Pesquisador visitante do Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales privatrecht. Vice-Presidente do IBDFAM-PE. Procurador do Município do Recife. E-mail: gustavo@gustavoandrade.adv.br.

Gustavo Tepedino

Professor titular de Direito Civil e ex-diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Civil pela Universidade de Camerino (Itália). Sócio fundador do Escritório Gustavo Tepedino Advogados.

Ian Borba Rapozo

Mestrando em Direito e Inovação no programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-graduando em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduado em Direito pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador do grupo de pesquisa Argumentação, Direito e Inovação (UFJF/CNPq). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direitos Fundamentais, Relações Privadas e Políticas Públicas (NUREP) (UFRRJ). Advogado.

João Ricardo Brandão Aguirre

Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós-doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Presidente da Comissão de Estudos Jurídicos do Instituto Brasileiro de Direito de Família em São Paulo (IBDFAM/SP). Advogado.

Laísila Carla de Carvalho Silva

Advogada. Mestranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). *Master of Laws* (LL.M Business Law in Global Context) pela Université de Montréal/Canadá.

Lucas Abreu Barroso

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor de Direito Privado na Universidade Federal do Espírito Santo. Advogado. E-mail: barroso_la@terra.com.br.

Luciana Brasileiro

Mestre e doutora em Direito Civil pela UFPE. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP – UFPE). Vice-Presidente da Comissão de Direito e Arte do IBDFAM. Conselheira científica do IBDFAM-PE. Professora universitária. Advogada. E-mail: lucianabrasileiroadv@gmail.com.

Luiz Edson Fachin

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Professor titular de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor e mestre em Direito pela PUC-SP.

Marcos Bernardes de Mello

Professor Emérito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). PhD em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor voluntário das disciplinas Teoria Geral do Direito Civil (graduação) e Conceitos Jurídicos Fundamentais (mestrado) na Faculdade de Direito de Alagoas (UFAL). Advogado. Membro do IAB. Membro da Academia Alagoana de Letras (AAL). Membro honorário da Academia Quitundense de Letras (AQL). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Conferencista. Autor de artigos e obras jurídicas.

Marcos Catalan

Doutor *summa cum laude* pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professor no PPG em Direito e Sociedade da Universidade LaSalle. *Visiting Scholar* no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2014-2016). Professor visitante na Maestría en Derecho de Daños da Facultad de Derecho de la Universidad de la República, Uruguay. Professor visitante no mestrado em Direito dos Negócios da Universidad de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Derecho Privado de la Universidad de Córdoba, Argentina. Editor da Revista Eletrônica Direito e Sociedade. Líder do Grupo de Pesquisas Teorias Sociais do Direito e cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Advogado parecerista.

Marcos Ehrhardt Junior

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário Cesmac. Editor da Revista Fórum de Direito Civil (RFDC). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil). Presidente da Comissão de Enunciados do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont) e do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC). Advogado. E-mail: contato@marcosehrhardt.com.br.

Nelson Rosenvald

Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Pós-doutor em Direito Civil na Università Roma Tre (IT-2011). Pós-doutor em Direito Societário na Universidade de Coimbra (PO-2017). *Visiting Academic*, Oxford University (UK-2016/17). Professor visitante na Universidade Carlos III (ES-2018). Doutor e mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC). Professor do corpo permanente do doutorado e mestrado do IDP/DF.

Pablo Malheiros da Cunha Frota

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Civil e Processo Civil na Universidade Federal de Goiás. Advogado. E-mail: pabloomalheiros07@gmail.com.

Paulo Lôbo

Doutor em Direito Civil (USP). Professor Emérito da UFAL. Ex-Conselheiro do CNJ.

Rodolfo Pamplona Filho

Juiz Titular do Trabalho do TRT 5ª Região. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador (UNIFACS). Professor Associado IV do PPGD da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador dos cursos de especialização em Direito Civil e em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito. Mestre e doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha (UCLM). Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e ex-presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam) e do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil).

Rodrigo da Cunha Pereira

Advogado, fundador e presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), mestre (UFMG) e doutor (UFPR) em Direito Civil.

Simone Tassinari Fleschmann

Professora permanente do programa de mestrado, doutorado e graduação da UFRGS, advogada, mediadora, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Direito de Família, Sucessões e Mediação da UFRGS – Cnpq.

Vitor Almeida

Doutor e mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto de Direito Civil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ITR/UFRRJ).